

A "arca do sigilo" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro oitocentista

ISADORA TAVARES MALEVAL*

[...] como a exclusão de outros ocorre especialmente quando se trata de coisas de grande valor, é fácil chegar psicologicamente à conclusão inversa de que aquilo que se nega a muitos deve ser particularmente valioso. [...] o conteúdo do que é silenciado cede em importância ao simples fato de permanecer oculto aos demais (SIMMEL, 2009:237).

Já dizia o sociólogo George Simmel sobre a importância do segredo para a vida em sociedade. Segundo ele, se em Estados “antigos” o segredo servia de apoio para a manutenção de certa mística em torno dos governos e dos governantes, a partir do fim do século XVIII e, sobretudo, ao longo do XIX, a publicidade acabou se impondo aos assuntos de Estado, “[...] a tal ponto que os próprios governos publicam oficialmente os dados que até então todo o regime devia manter secretos se quisesse sustentar-se” (SIMMEL, 2009:240).

Esse processo acabaria, de acordo com essa concepção sociológica, tendo seu ponto auge no advento das democracias atuais, à medida que partem do princípio de que todos devem conhecer os fatos que são de seu interesse, para melhor intervir na resolução de possíveis problemas. Esta, inclusive, seria a condição prévia para a manutenção de um regime democrático¹.

Tal perspectiva parece servir muito bem à análise de Estados cuja modernidade política já era verificada na passagem do século XVIII para o XIX. Não pode ser aplicada, portanto, a países como o Brasil, cuja vida política possuía fortes traços de “Antigo Regime” ao longo de todo oitocentos.

Tomando como ponto de partida a ideia difundida e amplamente aceita de que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) possuía íntima ligação com a política imperial, compreende-se por consequência a ação de censurar tantos documentos, relatos e trabalhos, que diziam respeito a momentos mal quistos da história recente do país. Os

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof. Dr^a. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. Pesquisa feita através de apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

¹ Para Simmel (2009:227), a modernidade política é responsável por uma substancial mudança: se antes o segredo de Estado era o que importava para a manutenção do regime, agora o segredo era deslocado para o âmbito particular, individual (tendo em vista a ascensão do próprio indivíduo com a modernidade).

argumentos utilizados para respaldar essa “retórica do sigilo”² – ou “retórica do segredo”, para utilizar o conceito elaborado por Simmel – partiam da moderna perspectiva historiográfica, não deixando de lado, contudo, o aspecto político da situação. Segredar significava, então, proteger a política imperial e o Estado nacional brasileiro.

Dentro desse quadro, para além do âmbito das ideias, os membros da agremiação chegaram às “vias de fato”, ao projetar algo que se assemelhava à sua concretização, no sentido material. Os possíveis segredos estariam seguros no projeto de Francisco Freire Allemão:

Proponho que no Instituto haja uma arca fechada com duas chaves, uma das quais guardará o Ex^{mo} Ministro do Império, ou o diretor do Arquivo Público Nacional, para que nela se conservem debaixo de sigilo as notícias históricas contemporâneas que alguém queira enviar ao mesmo Instituto, notícias que virão lacradas em cartas, e só serão abertas no tempo em que seu autor o determinar [...] (RIHGB,1847:567).

A proposta feita em dezembro de 1847 foi aprovada em fevereiro de 1850. A comissão composta por Manoel de Araújo Porto Alegre e Manoel Ferreira Lagos (além do próprio Freire Allemão) deu um parecer certo a respeito da “arca do sigilo”, como passou a ser denominado o projeto, no qual foram dadas como certas a importância e a utilidade que este instrumento teria para o Instituto naqueles tempos de catalogação de fontes e consequente produção da história. Nas palavras dos sócios,

Escritos há, certamente, muito úteis e preciosos para a história de um país, cuja imediata impressão pode acarretar, além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações, e comprometer não só a paz interna, como a externa; e outros, que envolvendo personalidades contemporâneas e descarnando os fatos, ou divulgando segredos, trariam um sem número de inimizades e deslocções pessoais, mormente em épocas de transição, e num país como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda frutificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou (RIHGB,1850:133).

Este trecho refere-se, portanto, à ideia de que a “arca” serviria a um propósito fundamental naquele contexto de recentes disputas protagonizadas por forças políticas antagônicas. Para muitos autores, a década de 1850 representou o momento de consolidação da ordem imperial, tendo o fim da rebelião sulista dos Farrapos contribuído muito para tal

² Utilizamos a expressão com a intenção de nomear algumas formas de argumentação usadas em discursos políticos e historiográficos com a finalidade de justificar o segredo em que eram colocados documentos e fatos considerados perigosos.

interpretação. Trazer à tona “um sem número de inimizades e deslocções pessoais” demonstraria, justamente, aquilo que se queria esquecer. Tal lapso de memória seria possível com a “arca do sigilo” – instrumento que garantiria a momentaneidade do objeto a ser esquecido.

Essa argumentação se ajusta perfeitamente ao que parece ser uma dupla tarefa a que a instituição histórica se propunha naquele momento. Se, de um lado, zelar pela tranquilidade que levaria à prosperidade do Império fazia com que se segredasse resquícios de momentos de extrema turbulência dentro do Brasil, de outro lado, tais momentos não podiam ser simplesmente apagados dos anais da história. Para isso, o arquivamento tornou viável a segurança da documentação que narrava esses acontecimentos; à posteridade era garantido o acesso aos mesmos: atuando como juiz capacitado do passado estaria o historiador do futuro³.

Por outro lado, se a imprensa já era responsável por narrar o que estava acontecendo “em tempo real”, por que guardar tão sigilosamente toda essa documentação? O foco da escrita jornalística não estaria pautado nos acontecimentos do presente?

Como em outros momentos, alguns sócios do IHGB apontavam para uma distinção entre o papel do jornalista e o do historiador. Mesmo no caso em que a imprensa podia ser vista como fonte para a produção de uma narrativa histórica, em um futuro mais ou menos distante, algumas premissas deveriam ser assumidas.

A imprensa em uma sociedade como a nossa, e no estado em que nos achamos, não satisfaz o historiador: escrevemos atualmente com muita paixão; todos os fatos são desfigurados por ambos os lados que pleiteiam interesses, e que defendem individualidades: aquilo que mais importa à história e sua filosofia sobre a origem dos acontecimentos, e causa produtora de tais e tais resultados, se acha baralhado debaixo das formas de uma lógica capciosa, e no meio de declamações vagas, onde os indivíduos substituem as ideias (RIHGB,1850:133).

As “paixões” cegariam o historiador que tomasse jornais e panfletos como objeto de pesquisa. Isso porque tais fontes já eram a tal ponto parciais, tão “desfiguradas”, que não tocariam em pontos essenciais para uma análise desapaixonada do profissional da história. Ideias eram substituídas; interesses partidários⁴, exaltados. Nesse quadro, a própria objetividade do “tribunal da posteridade” estaria em jogo. Contrabalançar esse tipo de fonte a

³ Ainda segundo o parecer: “Para os homens associados em grupos, que se rateam contínua proteção e mútua segurança, não há outro juiz que o escritor e outro tribunal além da história” (RIHGB,1850:134).

⁴ Toma-se aqui “partidário” como “tomar partido” em alguma querela, diferentemente da concepção de “partido político”.

outras era, além de possível, uma necessidade para se chegar à verdade dos fatos. A imprensa, por si só, tal como indicam os pareceristas, não poderá satisfazer ao historiador.

Por fim, a comissão indicava, uma vez mais, a importância da existência de um depósito, onde se assegurasse o esconderijo passageiro⁵ daquilo que, naquele momento, deveria ser segredo:

A comissão crê que um utilíssimo resultado se colherá da criação deste arquivo secreto, além dos que já teve a honra de ponderar: a arca do sigilo vai ser o depósito da consciência íntima de muitos escritores, que não levarão à sepultura verdades essenciais à história de um país, vai ser o juiz póstumo do caráter de todos os autores principais da cena do nosso mundo, e revelar fatos que tornariam a história obscura, forçando os escritores futuros a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades. Além disto, o temor dos escritos secretos dos contemporâneos, da divulgação de crimes documentados, o pressentimento de uma funesta herança para os descendentes daqueles que souberam iludir seus contemporâneos, fará com que muitos homens recuem e que procedam mais assisadamente nos seus atos alistando-se de preferência no mundo do idealismo, no domínio da razão, do que num pernicioso e temporário individualismo (RIHGB,1850:134).

Nesta passagem, vale notar, além da já mencionada ideia de que haveria um tempo propício para que determinados escritos fossem postos a público, a existência de uma clara apreensão de um uso do passado como ensinamento. Evidentemente que esse entendimento só viria após um tempo distanciado dos eventos narrados. Com a devida imparcialidade, as análises feitas no futuro poderiam garantir o aprendizado de lições, dentre elas, como indicam, a de que a razão é preferível ao “pernicioso” individualismo. O “bem comum” deverá ser explorado nessa ótica, associado à unidade nacional, sem sombra de dúvidas.

Após a elaboração desse parecer, os comentários que giravam em torno da “arca do sigilo” passaram a focalizar os tópicos dos regulamentos sobre o funcionamento da mesma, tais como o seu formato e demais características materiais. Em sessão de 30 de agosto daquele mesmo ano entraram em discussão os artigos. Abaixo, segue sua descrição:

1º O instituto terá uma arca do sigilo, onde guardará todos os manuscritos secretos que se não podem publicar sem época determinada.

2º Pedirá para isso a competente autorização ao governo imperial.

3º A arca do sigilo será feita de madeira incorruptível, precintada de ferro, e com duas fechaduras de patente cujas chaves sejam diferentes.

4º As duas chaves serão entregues e guardadas da maneira seguinte: a 1ª nas mãos do presidente do Instituto; a 2ª nas do Exm. Ministro do Império, ou de quem ele determinar.

⁵ Como o próprio Freire Allemão indicou na formulação do projeto, o depósito tinha caráter temporário.

5º A arca do sigilo só se abrirá em sessão ordinária do Instituto, e na presença dos claviculários ou seus delegados.

6º Este ato não será executado sem proposta anterior do 1º secretário, e por convite oficial do mesmo para a seguinte sessão.

7º As memórias depositadas serão previamente numeradas e inventariadas, segundo o título que trouxeram, o formato, a qualidade do papel que as envolver e outros quaisquer sinais que as possam bem caracterizar.

8º Além do selo e precauções do autor, o Instituto as fará selar de novo.

9º Na arca do sigilo haverá uma cópia do termo que se lavrar em sessão, em um livro próprio para isso, a qual será assinada pelos claviculários e pelos secretários.

10º Feito o depósito, se fechará imediatamente a arca, e cada um dos claviculários levará a chave.

11º O Instituto convidará por meio de uma circular e de anúncios, que fará reproduzir em todos os jornais do Império, para que todos os seus sócios e literatos que, por terem presenciado, ou por informações de pessoas fidedignas, souberem de circunstâncias de nossos acontecimentos políticos, civis e religiosos, e que estejam ainda mal avaliados pela voz geral, ou pelos escritores públicos, hajam de relatá-los com toda a imparcialidade, e remeter à mesa seu trabalho, dando-lhe a segurança de ser guardado com todo o segredo, até a época em que se determinar sua publicação.

12º Toda memória enviada ao Instituto para depósito temporário na arca do sigilo deve ser lacrada pelo próprio autor.

13º E virá acompanhada de uma carta ao 1º secretário com a assinatura do autor, ou sem ela; e neste último caso, além do prazo marcado para a publicação, enviará o autor um sinal, ou dístico por onde se possa testemunhar a identidade do nome do autor a que se refere.

14º Chegado o tempo da abertura das cartas e das memórias, o presidente do Instituto convocará o mesmo para em sessão assistir à abertura da arca do sigilo, e depois de extraído e verificado o manuscrito, segundo a carta que o acompanhou, será aberto e lido imediatamente, e se for muito longo, se procederá à continuação de sua leitura nas sessões seguintes.

15º Das memórias julgadas dignas de imediata publicação se tirará uma cópia, ficando o autógrafo depositado no arquivo do Instituto; porém se o seu valor for de alguma sorte duvidoso, será nomeada uma comissão para extractar dela o que se julgar de importante à história.

16º Se qualquer eventualidade ocasionar a suspensão dos trabalhos do Instituto, ou a sua dissolução, a arca do sigilo passará para o arquivo público nacional (RIHGB,1850:414-415).

Um primeiro olhar sobre os artigos citados já poderia indicar o forte apelo ritualístico da “arca do sigilo”. A maneira pomposa como seriam nela colocados os documentos faz supor a importância dos mesmos, percebidos praticamente como “vestígios de uma estranha civilização”, parafraseando o artista contemporâneo⁶. Toda a referência aos materiais a serem utilizados, bem como a indicação a diferentes formas de lacrar tudo que fosse posto na arca dá

⁶ Referimo-nos à música de Chico Buarque de Holanda, “Futuros Amantes”, em cujos versos incluem-se: “Sábios em vão / Tentarão decifrar / O eco de antigas palavras / Fragmentos de cartas, poemas / Mentiras, retratos / Vestígios de estanha civilização”. Disponível em: <http://letras.mus.br/chico-buarque/66065/>. Acesso em: 26 de março de 2013.

o tom, uma vez mais, da forte conotação de segredo existente nos papéis a serem guardados. A mística a que se refere Simmel está presente neste processo. Imagina-se, por esse motivo, a curiosidade que tantos mistérios acarretariam⁷.

Além disso, a colocação de documentos na “arca” passava por uma política de Estado, o que pode ser verificado na leitura do artigo quarto, no qual se presume que uma das cópias da chave do cofre ficaria a cargo do ministro do Império. Outro exemplo disso é o artigo 11, cujo mote versava sobre o fato de que o sigilo prescindia de publicidade: eram chamados, através de circulares e anúncios feitos em jornais, sócios e literatos que quisessem relatar quaisquer circunstâncias de acontecimentos ainda “mal avaliados pela voz geral”; relato este que deveria ser totalmente imparcial. Ao mesmo tempo, tal narrador não precisaria temer, posto que o Instituto toda a “[...] segurança de ser guardado [o relato] com todo o segredo, até a época em que se determinar sua publicação” (*RIHGB*, 1850:415).

O chamado público garantiria, por sua vez, a imparcialidade. Em teoria, o fato de que vários relatos de distintas pessoas sejam chamados a fazer parte da “arca” colaboraria com o que os membros do IHGB entendiam à época por um arquivo “imparcial” sobre a história contemporânea. Mais uma vez, a distinção em relação à imprensa, que só veria um lado de toda a situação, se faz pungente. Por outro lado, deve-se supor que essa conclamação de vozes partisse também de uma nada objetiva seleção. A referência a “pessoas fidedignas” (*RIHGB*, 1850:415) utilizadas como fontes abre para essa análise. Afinal, que pessoas seriam essas?

Do mesmo modo, faz-se necessário comentar a associação entre as palavras “segurança” e “segredo” no citado artigo. Esta associação remonta ao início do projeto anunciado por Freire Allemão, em dezembro de 1847. Novamente, a validade da “arca do sigilo”, o que justifica a sua elaboração, dizia respeito ao fato de que, a princípio, qualquer informação relevante sobre o presente estaria segura naquele depósito. A segurança se fazia em função do segredo. Em teoria, ninguém precisava ter medo de escrever o que quer que fosse, pois havia a garantia do próprio tempo a seu favor. Não à toa, havia a necessidade de o depositante esclarecer qual seria a data propícia para retirar da “arca” o que quer que nela fosse colocado. Estimava-se, assim, que grande parte daqueles contemporâneos aos escritos

⁷ “Do mistério e do segredo que rodeiam tudo o que é profundo e importante, surge a falácia de que tudo o que é secreto deva ser também profundo e importante. O instinto de idealização e temor natural do homem atuam juntos diante do desconhecido, aumentando sua importância pela fantasia e consagrando-lhe uma atenção que não teríamos prestado a uma realidade que se expressasse claramente” (SIMMEL, 2009:238).

estivessem mortos (incluindo o próprio autor), ou que a situação política já fosse outra radicalmente distinta daquela exposta nos escritos segredados ao sigilo. Ou, ainda, que já não houvesse perigo algum de expor tais testemunhos de épocas já consideradas como “passado”.

O forte cunho ritualístico referente aos tópicos sobre a “arca do sigilo” pode ser também verificado no artigo 14, que trata sobre a abertura “das cartas e memórias” nela contidas. A abertura da “arca” seria um evento à parte dentro da instituição, e, quiçá, dentro da própria sociedade imperial!

A seguir, o manuscrito a ser dado a conhecer deveria ser aberto e lido imediatamente, a menos que fosse demasiadamente longo. Nesse caso, a leitura seria feita nas sessões da agremiação subsequentes. A presença do autor, caso houvesse essa possibilidade, no momento de abertura da “arca” seria mais uma garantia de veracidade da documentação, e do caráter litúrgico da reunião.

Durante a mesma sessão, a proposta dos artigos sofreu emendas:

Ao 2º - Para a execução dos artigos que se referem ao governo se pedirá a competente autorização ao governo imperial.

Ao 3º - Em lugar de madeira incorruptível, diga-se ferro.

Ao 4º- acrescente-se: ‘Quando o Exm. Ministro do Império for presidente do Instituto, a segunda chave será entregue ao diretor do arquivo público.

Ao 5º Suprimam-se as palavras – ou seus delegados.

Ao 11 – Diga-se: o Instituto convidará por meio de convites especiais, de anúncios publicados nos jornais e circulares, etc.

O art. 13 substitua-se pelo seguinte, que ficará como parte do art. 12. – ‘E virá acompanhado de uma carta ao 1º secretário com assinatura do autor, ou de pessoa conhecida.

Ao 15 – Uma vez aberta a memória, antes do Instituto ter um pleno conhecimento de sua matéria, será remetida a uma comissão especial, a fim de dar juízo sobre o seu valor (RIHGB, 1850:415-416).

Também aqui, discutiu-se a respeito da materialidade da “arca”. Ao invés de madeira, seria feita de ferro “incorruptível”, advertindo, talvez, para o que conferia maior segurança e longevidade ao arquivo secreto. Nesse sentido, alerta-se para o fato da importância simbólica que essa dimensão material refletia.

O Instituto, conforme já visto, voltou-se em diversos momentos em seu primeiro decênio a criticar projetos que tivessem como foco a história do Brasil recente. Da mesma forma, contrariou por vezes sócios ou não sócios que pretendiam publicar em sua *Revista* documentos do período pós-independência do país. Tais exemplos demonstram o forte

antagonismo do IHGB em relação à produção de trabalhos sobre o passado recente ou o presente.

O projeto da “arca do sigilo” se insere totalmente nesse quadro. Apesar disso, constata-se uma diferenciação em relação às demais políticas de censura promovidas pelo IHGB em relação ao presente. A dimensão plenamente discursiva do “não falar sobre” determinado assunto transmutava-se, naquele momento, em materialidade: a criação de um lugar “real” para isso.

Nota-se, ainda em relação a esse tópico, que a discussão sobre o aspecto material da “arca” (ou como ela deveria ser feita) demonstra o forte simbolismo do mesmo, algo que também pode ser evidenciado a partir dos comentários feitos em relação aos rituais, tanto para deixar nela documentos, quanto para retirá-los. A palavra “arca” no dicionário de Antonio Moares e Silva tem como primeira acepção a ideia de “cofre de alguma corporação”: um local que guardaria coisas valiosas para um grupo de pessoas (SILVA, 1789:107). Ao levar em conta a ideia de que o segredo é algo que, por não ser posto a público, acaba adquirindo toda uma aura de importância⁸, faz sentido que ele tenha como esconderijo certo esse tipo de espaço.

Interessante notar ainda em que medida o desenvolvimento da “arca” se articulava a um determinado ideal de verdade. “Abrir a arca” representaria desvendar “o que realmente aconteceu” naquele tempo. O IHGB parecia querer promover a ideia de que o conteúdo da “arca” era realmente a verdade sobre aquele presente. Apesar de conclamar o público a deixar documentos ou memórias no cofre, fazendo supor que era algo aberto a quem quisesse fazê-lo, vale a pena refletir sobre o aspecto de formação desse depósito.

Deve-se supor, então, que a criação desse arquivo prescindisse da elaboração dos próprios documentos, que serão tidos como fontes no futuro para o historiador que pretendesse desenvolver estudo sobre aquele presente. Junto com Michel de Certeau, atenta-se aqui para o fato de que a própria seleção de documentos contribui com a criação dos mesmos (CERTEAU, 2006:81). Uma fonte só é considerada como tal a partir do trabalho do historiador, que a concebe. Sendo assim, pode-se indagar se já não haveria, nesse primeiro

⁸ Para Simmel, como já comentado, os segredos se revestem de uma aparência de importância muito maior do que as coisas expostas.

momento, uma seleção do que seria colocado na “arca”: será que qualquer documento teria lugar garantido nela?

Muito provavelmente, não. Existia uma preocupação, que o Instituto demonstrou inúmeras vezes, em criar, juntamente com as fontes, o presente a ser “desbravado” pelo futuro. Em outras palavras, o IHGB preocupava-se com o que o futuro diria daquele presente, o que justifica as tentativas da agremiação em direcionar essa narrativa. Algo que, nas palavras de Lúcia Guimarães, pode ser caracterizado como a “idealização do futuro à custa da manipulação do presente” (GUIMARÃES, 1995:388).

Retornando às emendas sofridas pelos artigos sobre a “arca do sigilo”, vale notar que outros tópicos foram submetidos à revisão. Destaca-se a emenda ao artigo 15, no qual se expõe que uma comissão especial deveria ser responsável por dar parecer à memória retirada da “arca” – algo que combina perfeitamente com a tradição que o Instituto já instituía naqueles anos iniciais de arbitrar sobre os assuntos que considerasse meritórios.

Após discussão, concluiu-se que os artigos deveriam ser remetidos à mesma comissão que os formulou, para redigi-los em harmonia com as emendas aprovadas, algo que seria feito em reunião subsequente.

A partir das discussões levadas a cabo em 1850, portanto, é possível perceber a supervalorização que o projeto angariou dentro do IHGB: a “arca do sigilo” foi tida como de extrema necessidade para o grêmio naquele momento, assunto de prioridade máxima.

A despeito de tamanha empolgação, com o passar do tempo rareiam as referências ao projeto, o que fica perceptível através da análise das atas das sessões ordinárias e extraordinárias do IHGB ao longo do oitocentos.

Em 1852, no relatório anual lido pelo primeiro secretário interino de então, Joaquim Manoel de Macedo, há referência ao fato de que o Instituto primava, desde sua fundação, não apenas em cooperar com a criação da história dos três séculos de colonização portuguesa na América; era de sua alçada trabalhar também para não caírem no esquecimento os fatos transcorridos na própria época. Em suas palavras, “[...] também se desvela em ir daguerreotipando a atualidade no registro de suas obras” (*RIHGB*, 1852:488). Tratando ainda dessa temática, Macedo comentava acerca do programa pensado inicialmente por Freire Allemão, em 1847:

O nosso consócio o Sr. Dr. Freire Allemão havia precedentemente proposto a criação de uma arca de sigilo; a comissão a que fora remetida essa proposta, considerou-a, adotou-a, e ofereceu um projeto sobre a matéria, que depois de acuradamente discutido passou a fazer parte das leis do Instituto, tendo merecido a aprovação do governo imperial. Escritos há certamente muito preciosos, e de uma utilidade incontestável para a história de um país; mas que podem acarretar com a sua imediata publicação, além de graves desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações, e não só comprometer a tranquilidade do interior como a paz do exterior: e também outros, que envolvendo personalidades contemporâneas, e descarnando os fatos, ou divulgando segredos, trariam em resultado um sem número de inimizades, e deslocações pessoais, mormente em épocas de transição, e num país como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda frutificar, e onde a tolerância das nações velhas não teve tempo de chegar (RIHGB, 1852:509-510).

A aceitação do projeto tinha a ver com o que de mais positivo ele possuía: a possibilidade de perpetuar a tranquilidade interna e externa do país. Macedo chegava praticamente a copiar em alguns trechos o parecer feito pela comissão de 1850.

Não obstante figurar como um projeto tão positivo, demoraram a surgir novas observações em relação a ele na *Revista*. O único deles foi feito somente quatro anos depois do comentário de Macedo. Após tanto silêncio sobre o assunto, esta rara observação demonstrava que nada havia sido efetivado em termos do estabelecimento real e concreto do cofre. Aqui, a referência é o comentário do sócio Guilherme Schüch de Capanema: “Proponho que seja o sr. tesoureiro encarregado de informar acerca do custo de um cofre que sirva para arca do sigilo e se as posses do instituto permitem a sua aquisição” (RIHGB, 1856:27). Proposta esta logo em seguida aprovada, como consta da ata da sessão.

Aparentemente, cerca de vinte anos após Freire Allemão ter recomendado a criação da “arca” onde seriam depositados temporariamente os documentos sobre o presente, nada foi realmente feito no sentido de concretizá-la. Uma hipótese a ser levantada, a partir do que disse Capanema, seria a de que a feitura da “arca” traria muitas despesas ao Instituto, algo que talvez não fosse possível naquele momento.

Aos poucos, as menções feitas a seu respeito somem por completo das páginas da *Revista*. Ainda que seja sabido que, já no período republicano, Alfredo Taunay tenha guardado suas *Memórias* na “arca do sigilo” do IHGB, a real existência e possível utilização da mesma antes do fim da monarquia não foi verificada⁹.

⁹ Em sua dissertação de mestrado, Loyane Ferreira indica o fato de Ernesto Ferreira França Filho ter doado seus *Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil* ao IHGB para serem colocados na “arca do sigilo”, em

Segundo Hugo Hruby, a “arca do sigilo” foi requisitada com a mudança de governo no final do século XIX. Antes de Taunay utilizá-la, em 1896, quem o fez foi Manuel Francisco Correia, em 1890. O estudioso indica também o aparecimento da “arca” nos estatutos do IHGB de 1890 e de 1906, nos quais consta que: “O Instituto terá uma arca do sigilo, onde guardará todos os manuscritos secretos, que devam ser publicados em época determinada”¹⁰.

Vale notar o momento em que a “arca” ressurgiu: se em 1847, o projeto de Freire Allemão evidenciava toda a dificuldade daqueles homens em tratar de períodos ainda próximos temporalmente, cujos eventos arriscavam promover novas desordens, após 1889, a transição política evidenciava a mesma necessidade. O posicionamento do IHGB frente à nova ordem republicana, e toda a complexidade advinda desse quadro, estimulava uma nova “retórica do sigilo” sobre a história recente.

Ainda que existam essas comprovações da existência e utilização da “arca”, destaca-se, por outro lado, a falta de vestígios que comprovem a sua materialidade, conforme as propostas de anos atrás. É provável que se tratasse de um lugar específico dentro do arquivo do Instituto, mas não exatamente de um cofre, como se pretendia de início¹¹. O aspecto simbólico da própria “arca”, presente fortemente na elaboração dos seus estatutos iniciais, não encontra tanto eco nos anos finais do oitocentos e iniciais do novecentos¹².

Se a “arca” nunca existiu realmente, ao menos como aquela materialidade sugerida nas sessões de 1847 e de 1850, supõe-se, contudo, que ela foi importante no campo das

1849. A publicação na *Revista* só seria feita muitos anos mais tarde, na década de 1870. Esta informação, contudo, não foi por mim atestada. Como mencionado, ainda em 1856 reclamava-se sobre o fato de a “arca” ainda não ter sido feita, o que impossibilitaria que França Filho tenha depositado seu trabalho na mesma. Aqui, aventamos a hipótese de que o documento tenha sido realmente entregue ao Instituto em 1849, como pudemos averiguar nos seus arquivos, para ali ser guardado momentaneamente, mas não à “arca”, pensada enquanto o projeto a que nos referimos (FERREIRA, 2009:267).

¹⁰ “Dez meses após a Proclamação da República, Manuel Francisco Correia confiou ao Instituto um invólucro a ser depositado na Arca para ser retirado após treze meses da sua morte. A seguir, em 10 de outubro de 1890, ele entregou uma memória para ser lida após o falecimento do Imperador”, o que ocorreu dois anos mais tarde. Os artigos dos estatutos aos quais se refere são o art. 68 (1890) e o art. 60 (1906) (HRUBY, 2007:193).

¹¹ Nesse ponto, importa refletir sobre as *possibilidades* ou *probabilidades* para o objeto estudado. Segue-se, assim, a trilha iniciada por autores como Natalie Zemon Davis (1987) e Carlo Ginzburg (1989), os quais apontam para o fato de que nem sempre as fontes históricas nos dizem tudo que precisamos saber para nosso trabalho. Por isso, importa reconhecer o caráter dinâmico do historiador, que muitas vezes deve superar essas lacunas através de suposições oriundas de indícios – algo que muito se assemelha ao trabalho do detetive.

¹² Através de conversas com pessoas que trabalham atualmente na instituição, ficamos sabendo que existe uma pasta dentro do seu arquivo com a denominação de “arca do sigilo”. Algo muito distante, portanto, de tudo o que foi visto aqui em relação ao projeto oitocentista de criar um cofre-forte para a documentação considerada sigilosa.

idealizações. A sugestão de Freire Allemão, ainda que não concretizada no período monárquico, foi aceita por grande parte dos sócios da agremiação, o que demonstra a sintonia entre o projeto e os anseios da instituição no que diz respeito a uma política de segredo sobre o presente. A “arca do sigilo” pode não ter sido uma realidade, mas existiu na mente daqueles sócios do IHGB enquanto possibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes impressas

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Tomos IX, XIII, XV e XIX (1847, 1850, 1852 e 1856).

TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. *Memórias*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1946.

2. Artigos e livros consultados

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDDT, Hanaah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, jan-dez. 2000, p. 123-152.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Fabiana Rodrigues. *Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no IHGB (1838-1856)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UERJ, 2009.

FERREIRA, Loyane Aline Pessato. *A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português: política e história na Revista do IHGB (1838-1889)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UNICAMP, 2009.

GINZBURG, C. “Sinais. Raízes de um paradigma indiciário”. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Lúcia M. P.. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-613, jul-set. 1995.

- _____. O “tribunal da posteridade”. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). *O Estado como vocação – idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 33-57.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. _____. “Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº1, v. 1, p. 3-27, 1988.
- HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: *a História do Brasil do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à PUCRS, 2007.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RENAN, Ernest. “O que é uma nação?” In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão. Cadernos da Pós/Letras*. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Letras, 1990.
- SILVA, Antonio de Moraes e Silva. *Dicionário da língua portuguesa*, Tomo Primeiro (A-K). Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso em: 26 de março de 2013.
- SIMMEL, George. “A sociologia do segredo e das sociedades secretas”. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, Vol. 43, N. 1, p. 219-242, Abril de 2009.
- SOUZA, João Francisco de. *Freire Alemão, o botânico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

3. Links acessados

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

14

<http://letras.mus.br/chico-buarque/66065/>. Acesso em: 26 de março de 2013.